

**Assembleia da Ugeirm aprova direito de voto para comissário.**

Página 3



**Ugeirm defende alteração em projeto de Lei Geral da Polícia Civil.**

Página 8



# UM ANO DE LUTA, OBSTÁCULOS E CONQUISTAS

**A** sociedade brasileira e gaúcha precisam saldar o déficit democrático com os agentes de segurança pública em geral, e com os policiais civis em particular. A Ugeirm sabe que muitos desafios ainda precisam ser superados para termos uma Polícia Civil unida, competente, motivada e bem remunerada. Em 2012 tivemos avanços muitos significativos, que se somam ao reconhecimento do direito de aposentadoria especial e as novas vagas abertas em 2011. Uma lei já sancionada estabelece um calendário de reajustes salariais na forma de subsídio e reconhece atribuições de nível superior.

A Ugeirm almeja uma Polícia unida. Modificamos nosso estatuto original, concedendo direito de voto nas eleições à classe final da nossa categoria. Cumprindo o comprometimento da entidade, os comissários tem participação plena nas atividades do sindicato.

No próximo ano, o sindicato espera ver concluído o compromisso formal do Governo em estabelecer um plano de carreira para os agentes policiais. Também queremos ver definidas, na lei, quais são as nossas atribuições. A expectativa é boa, mas nada se conquista sem luta.

**Veja na página 5**



EDITORIAL

# Lutar vale a pena

A longa caminhada da Ugeirm pela efetivação de conquistas para os agentes policiais nunca termina. Mas existem boas razões para comemorar o saldo obtido em 2012, não sem antes lembrar o reconhecimento do direito de aposentadoria especial e a criação de mais de 1,5 mil novas vagas de promoção para todos os cargos e classes da Polícia Civil em 2011.

Foi exaustiva a luta pela fixação, em lei, de um calendário para a remuneração por subsídios. Entre 2013 e 2018, sempre nos meses de março e de novembro, haverá correções de vencimentos.

O sindicato também alterou este ano seu próprio estatuto. A partir de agora, os comissários de Polícia, que constituem o final da nossa carreira, podem votar e ser votados nas eleições da Ugeirm. Desta forma, ampliamos a participação de nosso quadro de filiados, fortalecendo a democracia interna de nossa entidade.

Em 2013, teremos duas agendas prioritárias, que queremos ver concluídas o mais rapidamente possível: a aprovação de nosso plano de carreira e a definição, em lei, das atribuições dos agentes policiais. Desde que entrou em vigor a lei 14.073/12, nossas atribuições já foram classificadas como de nível superior.

Tanto o plano de carreira como a definição de atribuições vão ser formuladas a partir de um grupo interinstitucional a ser formalizado. A Ugeirm terá assento em tal grupo e vai empreender esforços pelo consenso, de modo a garantir conquistas para todos os policiais.

Estas e outras notícias estão reunidas nesta edição.

Outros desafios, sabemos, devem surgir. Mas o importante é não desistir, seguir firme, ainda que obstáculos surjam, ou que as mudanças não aconteçam com a velocidade desejada. O sindicato conta com o apoio de todos os filiados. Podem contar com a gente. Que o próximo ano seja repleto de realizações!

# As recentes conquistas da Polícia Civil gaúcha

Ranolfo Vieira Júnior\*

**N**este ano em que a Polícia Civil Gaúcha completou seus 171 anos, temos muitas razões para comemorar. Inicialmente, os policiais civis obtiveram o reconhecimento da situação jurídica insculpida na Lei Complementar nº 51/85, que trata da aposentadoria especial do servidor policial. Com a publicação do Dec. nº 48.136/2011, o Governo do Estado reconheceu o direito à aposentadoria do policial que contasse com pelo menos 20 anos de atividade policial, acrescido de mais dez anos em qualquer outra atividade.

Ainda em 2011, foram criados 1.541 cargos no âmbito da Polícia Civil, objetivando o destrancamento das promoções, as quais passaram a ser publicadas rigorosamente nas datas estabelecidas pelo Dec. nº 47.616/2010. Dito isso, contando os promovidos em dezembro de 2012, esta administração contabiliza 3.193 servidores promovidos.

Registre-se que, para aqueles servidores não contemplados e que estiverem em condições de ascender na carreira, as promoções do ano de 2013 também ostentarão número elevado de servidores contemplados.

Outra iniciativa inédita na Instituição, como forma de valorização profissional, foi a possibilidade dos atuais agentes policiais serem removidos previamente ao ingresso dos 730 novos policiais, ocorrida em setembro de 2012. E com o incremento do efetivo foi possível dar prioridade para a investigação criminal, em especial nos municípios com maior demanda de ocorrências. Consigne-se, por oportuno, que já está em andamento proposta para realização de novo concurso público com 700 vagas para inspetor e escrivão de polícia.

De suma importância também foi a implementação do subsídio, que é a forma remuneratória própria das carreiras de Estado previstas expressamente no texto constitucional, para todas as

carreiras da Polícia Civil, com uma reposição remuneratória histórica para a Instituição.

Não bastasse isso, somamos ao rol de avanços a aquisição de helicóptero para a instituição, ferramenta imprescindível a uma polícia de alto rendimento. A aeronave será utilizada no Serviço de Apoio Aéreo, incrementando as atividades da Polícia Civil e facilitando o deslocamento de equipes especializadas, tornando-as mais efetivas na investigação de crimes cuja ocorrência se verifique em qualquer ponto do Estado.

É certo que alcançamos muitos de nossos objetivos, mas necessitamos manter a motivação e o empenho para continuarmos a ter sustentação para mais e mais conquistas institucionais.

Graças a todos vocês tenho cada vez mais orgulho de ser Polícia Civil.

Muito Obrigado!

\* Delegado de Polícia,  
Chefe de Polícia.



## Privilegio oficial

Em certa DP do estado existe apenas uma vaga de estágio de nível superior e por coincidência é ocupada por descendente da "otoridade" policial. Até quando?

## Puxão de orelha

Do mestre do jornalismo Juremir Machado do Correio do Povo no seminário da Polícia Civil: "não seria mais interessante e proveitoso para a polícia, dar a notícia da localização de documentos importantes sobre a ditadura numa coletiva de imprensa, ao invés de fazer o que fez, dando exclusividade para a Zero Hora?"

## Obsoletos

A 3ª DPPA e a 20ª DP são exemplos de escassa gestão. Esperamos que a

Polícia Civil crie um modelo único para as delegacias do Rio Grande do Sul que garanta condições de trabalho para os servidores e propicie um bom atendimento à população. Chega de aluguéis e de ocupar as sobras de outros órgãos.

## Assédio Moral

Ilustrativa a entrevista da secretária Stela Farias sobre o assédio moral. Na Polícia Civil essa prática se espalha, precisamos de uma lei que combata essa prática urgentemente.

## Lei Geral

SENASP pode ser considerada entidade de classe dos delegados de Polícia. Privilegia ao máximo a categoria dos delegados e em relação aos agentes, descumpra acordos e dificulta ao máximo o encaminhamento de demandas como as atribuições de nível superior. Está na hora de nos mobilizarmos novamente para impedir um retrocesso em relação ao já conquistado pelos agentes da Polícia Civil Gaúcha.

## ZH e o "especialista"

Um "especialista" escalado pela Zero Hora para falar sobre a Operação Pax criticou os métodos utilizados nas operações da PC gaúcha. "A PM é que tem treinamento para atuar em grandes operações" disse José Vicente Silva Filho coronel da PM de São Paulo estado onde reina solto o PCC. Só em 2012 a nossa PC fez quase 350 operações sem perder uma vida.

## Pérola do Conselho Superior de Polícia

Agente de polícia que precisou mudar de advogado para sua defesa não teve aceito pedido de transferência de audiência e foi julgado sem defensor. Lembra muito a inquisição. Tá na hora de mudar a composição do Conselho e estabelecer paridade entre agentes e delegados, a exemplo de outros estados.



Jornal da Ugeirm – Sindicato dos Escrivães, Inspectores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul  
Fundado em 20 de março de 1980

**Jornalista responsável:** Marcela Brandes. **Textos:** Marcela Brandes e Fábio Carvalho. **Projeto gráfico e diagramação:** Engenharia Comunicação e Arte Ltda. **Logo capa:** PS Criação. **Impressão:** Gazeta do Sul **Tiragem:** 8 mil exemplares. **Periodicidade:** bimestral - **Administração:** Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110 - Fone (51) 3225.1707 / **Alojamento:** Rua Inácio Montanha, 37 - Porto Alegre - RS - Fone (51) 3225.1367. Colônia de Férias: Avenida das Flores, 1115 - Pinhal - RS - Fone (51) 682.2160 - **e-mail:** ugeirm@ugeirm.com.br - **Contatos com o jornal:** imprensa@ugeirm.com.br

www.ugeirm.com.br



# Assembleia da Ugeirm aprova direito de voto para comissário



**A assembleia geral da Ugeirm de novembro deste ano aprovou alterações no estatuto da entidade.**

**E**ntre as mudanças abonadas está o direito de voto aos comissários de polícia associados ao sindicato.

O direito de votar e ser votado permite que a classe final da nossa categoria participe de todas as decisões da entidade, inclusive, de compor a

diretoria do sindicato. A aprovação atende à reivindicação antiga dos agentes de polícia.

A Ugeirm visa uma maior participação de todo o quadro policial nas atividades da entidade. A instituição almeja uma Polícia unida, superando divergências e fazendo o esforço necessário para que

consensos sejam construídos.

A decisão da assembleia ajusta uma omissão original do estatuto e não encontrou nenhuma resistência para ser alterada. Mais ainda porque a lei 13.790/11 criou mais de 1,5 mil novas vagas de promoção. Isto é, centenas de agentes policiais serão promovidos à

comissário até o final de 2013.

A direção da Ugeirm assumiu o compromisso de não só dar voz aos comissários nas assembleias do sindicato, mas permitir que eles tenham direito de participação através de voto, fortalecendo a democracia interna da nossa entidade.

## Assessoria jurídica beneficia filiados da Ugeirm

**Serviços prestados pelo escritório Bergmaschi Advogados Associados não têm custo para atendimento de questões ligadas à atividade policial**

**A** atividade policial é peculiar em muitos aspectos, a começar pelo risco inerente à profissão. Os filiados da Ugeirm contam com os serviços prestados pelo escritório Bergmaschi Advogados Associados para o acompanhamento, sem nenhum custo, de sindicâncias, processos administrativo-disciplinares e judiciais decorrentes da profissão.

A assessoria jurídica especializada, além de gratuita, confere ao policial civil maior segurança na defesa de seus legítimos interesses. A rotina e

a regularidade no atendimento dão ao escritório expertise no acompanhamento de casos ligados à atividade policial, sempre com respeito às especificidades de cada caso.

“O policial pode ter que responder a um caso de homicídio. É preciso ter tranquilidade e confiança com seu representante legal para, por exemplo, provar legítima defesa. É esta tranquilidade que o sindicato quer proporcionar aos filiados ao honrar os custos dos casos ligados à atividade policial”, frisa Edgar Guilherme da Costa, Secretário Geral da Ugeirm.

### Demandas cíveis

O escritório também propõe ações cíveis individuais (ou de pequenos grupos) que podem ter repercussão financeira para o policial civil. Podem ser citadas as ações do vale-refeição, da etapa de alimentação, de cobrança e de indenização na aposentadoria. Nestes casos, há contrato de honorários, procurações e documentos específicos para cada ação.

No site da Ugeirm, atualmente, estão em destaque banners de três ações que estão sendo ajuizadas pelo escritório: para pagamento do sobreaviso,

cobrança de aposentadoria (reconhecida em âmbito estadual desde 2011) e de indenização na aposentadoria. Há textos explicativos sobre cada uma dessas demandas.

### Casos Particulares

O escritório também atende a diversos casos particulares de policiais, mas que não têm ligação com o desempenho profissional. “Nestes casos, estudamos o assunto e propomos honorários de 50% da tabela da Ordem de Advogados do Brasil”, explica a advogada Paula Bergmaschi.

### Atendimento

O escritório presta atendimento por telefone nas manhãs de segundas e quartas, entre 8h30 e 12h. O telefone é (51) 3072-2081. Nas tarde de segundas e quartas, entre 13h30 e 18h, é feito o atendimento pessoal de quem procura o escritório. O endereço é rua Inácio Montanha, nº 77, Santana (ao lado da sede da Ugeirm). Também há um e-mail para contato: atendimento@bergmaschi.adv.br.

Em situações emergenciais, restritas aos casos de prisão, há um telefone celular para contato: (51) 8404-4416.

# Hotel de Trânsito da Ugeirm **recebe elogio dos sócios**

Após reforma, o Hotel de Trânsito em Porto Alegre oferece maior conforto para os policiais hospedados

**O** Hotel da Ugeirm foi reformado para maior comodidade dos nossos filiados. Os policiais, que precisam se deslocar de sua cidade de origem, para trabalho ou resolver problemas administrativos ou de ordem pessoal, possuem um local confortável para pousar.

Quem se hospedou no hotel antigo tem conhecimento da precariedade em que o prédio se encontrava. Havia problemas estruturais, na rede elétrica, no piso, no forro e vários focos com infestação de cupim.

Trocamos telhas, janelas, portas, piso, todas as instalações elétricas, abastecimento de água e esgoto. Construímos móveis modulados e roupeiros projetados para vários ambientes. Banheiros privativos, sala de estar com televisão de plasma e sofás confortáveis, área externa com churrasqueira, cozinha com micro-ondas e refrigerador.

Todos os ambientes são climatizados com ar-condicionado. A fachada do prédio tem iluminação nova e a recepção foi projetada para um melhor atendimento. O novo Hotel de Trânsito é do agente policial e a Ugeirm está satisfeita em poder atender os agentes com mais conforto. A rotina do policial civil exige um deslocamento constante. Sabemos da necessidade de haver uma hospedagem dentro da região metropolitana.

A antiga reivindicação dos agentes de possuírem um local decente para sua passagem pela capital é uma realidade. “Hoje, se hospedar no hotel é muito agradável. A limpeza, os espaços arejados e a estrutura estão ótimos. Saio de Pelotas e executo meus serviços na capital com muito conforto”, comenta um agente policial hospedado no Hotel.

São 11 quartos coletivos, com dois, três, ou quatro leitos em cada unidade. Num total de 30 leitos. Policiais filiados pagam 10 reais e é necessária reserva para evitar transtornos. O desconto em folha ainda é possível, mas o sistema do Tesouro exige a apresentação do contracheque do mês para obtenção do código de autenticidade. Policial não-filiado paga 50 reais e não pode fazer reserva: a acomodação ficará condicionada à existência de vagas no momento da hospedagem.

## Como se hospedar

São 11 quartos coletivos, com dois, três, ou quatro leitos em cada unidade. Num total de 30 leitos.

Policiais filiados pagam 10 reais e é necessária reserva para evitar transtornos. O desconto em folha ainda é possível, mas o sistema do Tesouro exige a apresentação do contracheque do mês para obtenção do código de autenticidade.

Policial não-filiado paga 50 reais e não pode fazer reserva: a acomodação ficará condicionada à existência de vagas no momento da hospedagem.



Fachada do Hotel de Trânsito foi totalmente remodelada



Novas instalações oferecem mais conforto e praticidade para os filiados

# Territórios da Paz no Rio Grande do Sul: policiamento sem ação social

Polícia Civil e Brigada Militar atuam de forma integrada nas áreas de intervenção do Programa Territórios da Paz do Governo Federal



Os Territórios da Paz só se tornarão efetivos se contarem com a participação da população

**A implantação de policiamento comunitário previsto pelo programa tem como objetivo pacificar os locais, transformando-os em Territórios da Paz. A intenção é diminuir as taxas de criminalidade. Porém, estará fadado ao fracasso se não combinar o fortalecimento da ação policial com o aumento dos investimentos públicos na área social. A presença da Polícia pode inibir o crime, mas não os previne.**

O programa Territórios da Paz no Rio Grande do Sul existe desde setembro de 2011. O modelo gaúcho nasceu inspirado no Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), em vigor desde 2008.

Para a implantação do programa, foram selecionados os locais de maior risco à violência letal e criminalidade em Porto Alegre. A definição dos bairros e regiões que representam as áreas de maior risco da cidade teve a concordância da Polícia Civil e da Brigada Militar.

A Restinga foi o primeiro bairro a fazer parte dos Territórios da Paz. O governo pretende implementar 20 Territórios da Paz no estado até 2014. Além da Restinga, os bairros de Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Morro Santa Teresa também fazem parte do programa.

Os postos de policiamen-

to funcionam em ônibus da Brigada Militar, que permanecem em pontos fixos nos bairros que participam do programa. Uma estratégia de repressão qualificada. Cada núcleo possui 3 policiais e um coordenador. Além da ação presencial, a Polícia conta com um disque-denúncia através de ligações telefônicas (0800.64.23.456).

A Polícia se estabelece no local e cria vínculos com a comunidade. Os policiais observam os grupos que trafegam, na tentativa de apreender a droga diretamente nos depósitos. A Operação Pax, realizada neste mês de dezembro, obteve resultados altamente satisfatórios. Foram 40 mandados de busca e apreensão e 12 de prisão.

A ação policial é efetiva e inibe a violência. No entanto, a política preventiva não acontece na realidade. A comunidade continua com dificuldades de acesso à saúde,

tratamento de esgoto, água, lazer, entre outras necessidades básicas.

Quando lançado, o programa Territórios da Paz previa um modelo de transversalidade, onde haveria a ação em paralelo de todas as secretarias do estado.

## Territórios da Paz

São décadas de negligência do governo em atender as necessidades da periferia das cidades. Este território negligenciado poderia ser um bairro urbano discreto, que poderia ser uma vasta região econômica. Os grupos violentos recrutam jovens desocupados e se financiam com a extorsão, com o tráfico de drogas e com sequestros. Estes mesmos grupos corrompem e penetram as instituições do governo que deveriam combatê-los.

O agravamento da violência e da ilegalidade torna-se tão intolerável, que afeta a vida diária dos territórios mais centrais – além da segurança nacional como um todo.

O governo responde com o envio de um grande número de forças de segurança, incluindo tropas do Exército, para limpar os grupos violentos da zona negligenciada e caçar seus membros.

A experiência do passado, ou frustrações, deixa claro que uma ocupação militar / policial não é suficiente. Em vez disso, os funcionários apresentam uma aparência inovadora, sequenciando e coordenando todo o plano do governo. A idéia de trazer mais policiais para as ruas é válida. Mas, em paralelo, precisamos construir ações governamentais de prestação de serviços básicos e integrar os moradores da região como cidadãos de pleno direito, que não sejam excluídos da vida nacional.

O que queremos é a previsão de que as forças de segurança, ao se retirarem dos locais, deixem para trás

um estado de funcionamento civil, uma economia legal e uma cidadania engajada. O trabalho policial é compor conflitos. O dever público é cumprir com os direitos civis de cada cidadão. Isso inclui saúde, cultura e educação.

## Sugestão da Ugeirm

O Governo poderia realizar cursos de capacitação e reservar vagas de estágio em serviços públicos nas diversas secretarias de governo, bem como sugerir ao Judiciário, Ministério Público e Legislativo que adotem a mesma medida. É uma forma de prestigiar a comunidade e retirar os jovens do ostracismo.

## A visão de dentro

Desde 1980, a dona de casa Zezé Cabral, mora exatamente no mesmo endereço no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre.

Um dos maiores bairros da região metropolitana, a Lomba do Pinheiro possui altos índices de violência.

Dona Zezé Cabral conta que se sente mais protegida com a presença da Polícia no local. Conhece todos os policiais que trabalham no posto e tem bom relacionamento com todos. "A violência ainda existe, mas diminuiu bastante. O que precisa ainda é acabar com a falta de luz e água constante, um posto de saúde, uma área de lazer", afirma a dona de casa.

# Ugeirm efetiva com

Nos textos abaixo, fizemos um pequeno resumo de importantes conquistas para os policiais civis gaúchos, todas elas lideradas pela Ugeirm. Algumas, como a aposentadoria especial e o reconhecimento de atribuições de nível superior, encerram lutas de mais dez anos. Também há uma importante vitória na lei que estabelece subsídios como forma de remuneração. Conseguimos negociar volantes regionalizadas do sobreaviso. Foram criadas novas vagas de promoção, as diárias foram reajustadas e há uma boa sinalização para aumento do efetivo.



*Policiais realizaram a Vigília Luminosa em janeiro de 2012 para pressionar o Governo Tarso*

## Aposentadoria Especial

Decreto 48.136/11 – Reconheceu os direitos de aposentadoria, com integralidade e paridade plenas, para quem completou a regra 20 + 10. Policiais já aposentados tiveram revisão de benefício. Foi uma década de luta do sindicato com diversos governos. Em 2012, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) homologou os atos de aposentadoria, inclusive revisando equívocos anteriores. Também tiveram ganhos os aposentados por invalidez (EC 70/12). JULHO

## Novo concurso

O governador anunciou novo concurso para 700 agentes policiais em 2013. O processo seletivo é longo, por isso o edital deve ser publicado no início de 2013. A Ugeirm defende a regionalização do concurso, pois isso ajuda a fixar o novo policial em sua cidade ou região.

## Salário

Lei 14.073/12 – Determinou a remuneração de subsídios a partir de maio de 2013. Garantiu 6% em novembro deste ano. Até 2018 serão dois reajustes anuais, sempre em maio e novembro. A remuneração bruta de um comissário será de 15 mil em 2018.

## Nível superior

A lei 14.073/12 também reconheceu atribuições de nível superior para agentes policiais (art. 5º). Nova lei deverá discriminar quais são as nossas atribuições (veja matéria nesta página).



*Em reunião com dirigentes da Ugeirm, Chefe da Casa Civil Carlos Pestana oferece novas vagas, aposentadoria especial e promoções para evitar paralisação dos policiais*

# 2012

## Diárias

O reajuste das diárias indeniza hoje o policial civil em 150 reais (capital) e 122 (interior). Os valores aumentam para viagens para outros estados. Além do aumento em si, outra importante conquista é que todo policial civil, independentemente do cargo, tem direito ao mesmo valor, o que é justo, pois não existe variação de preço de alimentação e hospedagem para investigadores, inspetores, escrivães e delegados.

## Promo

Lei 13.790/11 - Criou 1.541 novas vagas. 1.541 mil policiais foram promovidos em 2011. O período semestral anterior era de apenas 500 (para agentes e agentes). As promoções estão sendo realizadas regularmente. Queremos manter a regularidade das promoções. No final de 2013, outras 460 novas vagas serão criadas nas classes.

# Equistas históricas



## Efetivo



O último edital previa 500 vagas, mas todos os mais de 700 aprovados foram chamados. A Ugeirm destaca a luta dos aprovados, que determinaram seu chamamento. Candidatos que estavam na Acadepol por medida judicial também foram chamados a fazer o curso de formação:

## Grupo de trabalho vai formular plano de carreira e definir atribuições

É grande a expectativa dos policiais para a publicação oficial do grupo de trabalho interinstitucional que vai discutir o plano de carreira para os agentes policiais, bem como definir as atribuições de nível superior para a categoria. Acredita-se que os projetos estarão prontos para apreciação da Assembleia Legislativa entre 120 e 180 dias.

A Ugeirm vai compor o grupo de trabalho. “Estamos atrasados em relação a outras categorias no que diz respeito ao plano de carreira. Este plano deve trazer perspectivas de futuro melhor para todos os policiais, sem exceção”, assinala Fábio Nunes Castro, vice-presidente do sindicato.

A definição de atribuições decorre também do grande esforço de agentes de várias regiões policiais para implementar a Operação Cumpra-se a Lei (OCL), conforme campanha de nível nacional realizada pela Confederação Brasileira de Policiais Civis (Cobrapol). “Queremos assinar os atos que fazemos e acabar com perseguições sofridas por aqueles que se recusam a realizar deveres definidos como de delegados de Polícia”, acrescenta Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

### Ganhos para todos

Há uma regra a nortear as discussões sobre carreira: todos devem ter ganhos. Não é possível atuar com dissidência na categoria para beneficiar apenas uma classe. Foi o que se tentou fazer recentemente com o PL 286/12, felizmente já alterado pela Casa Civil e por bancadas parlamentares sensíveis à luta dos policiais civis.

O PL 286/12 propunha originalmente alterar a lei 14.073 – que foi aprovada por unanimidade em assembleia geral da categoria. Pelo projeto, comissários de Polícia poderiam optar pela remuneração por subsídios ou manter a atual colcha de retalhos que tantas distorções provocam.

A proposição também sinalizava forte ímpeto para tornar comissários um cargo de provimento originário, isto é, com acesso exclusivo através de concurso público. Em outras palavras, acabava com o final de carreira das demais classes.

O comissário de Polícia é o nosso final de carreira e tem provimento derivado: por promoção. O sindicato defendeu, porém, a manutenção de reajuste de 10%, retroativos a maio deste ano, também previsto no PL 286/12. Por acordo, os comissários não haviam sido beneficiados com reajuste salarial (de duas parcelas) aprovado em novembro de 2011 e integralizado em maio de 2012.

## oções

vas vagas em três anos. Mais de s em dois anos, quando a média nas cem (incluídos delegados ão hoje rigorosamente em dia. o próximo mês de abril (2013). as vagas serão criadas para todas e padrões.

# Regulamentação para punir Assédio Moral no serviço público

A Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SARH) intenta preparar projeto de lei para punir o assédio moral no serviço público gaúcho.

**E**m seminário sobre o assédio moral realizado em setembro deste ano, o secretário adjunto da SARH, Leonardo Kauer, anunciou a intenção da secretaria de elaborar a lei. O assunto já é discutido desde 2006 quando foi publicada, no Diário Oficial do Estado, lei Complementar 12561/06 que proíbe assédio moral na administração pública.

A intenção da SARH é criar um grupo de trabalho com todas as entidades representativas do serviço público para discutir o assunto. A Ugeirm considera o fato de extrema importância para a Polícia Civil e confirma participação no grupo.

A Polícia Civil possui um estatuto obsoleto, de 1980, anterior à Constituição, que precisa urgentemente ser reformado. Este estatuto permite diversas arbitrariedades, que ora se apresentam como respeito à hierarquia e à disciplina, ora como remoções por falsa alegação de conveniência de serviço, ou com avaliações individuais injustas.

O assédio moral acontece quando o servidor é constantemente humilhado e constrangido, de forma repetitiva e prolongada. A saúde do trabalhador é afetada e na maioria dos registros o assédio não é documentado como causa. A falta de regulamentação para o tema dificulta diagnosticar quanto acontece. As categorias avaliam separadamente em casos específicos. Impede uma mobilização geral dos servidores.

A Ugeirm mobilizou os policiais civis gaúchos através da campanha Operação Cumpra-se a Lei (OCL) como forma de prevenir ao assédio moral na instituição. Retaliações, ameaças de punição, remoções por “conveniência de serviço”, sindicâncias, corte de horas-extras, exclusão de reforços e operações especiais, são exemplos de constrangimentos sofridos pelos agentes.

A Operação é um instrumento do agente policial para romper com o histórico de arbitrariedade travestida de respeito à hierarquia. A orientação é para que agentes não realizem o trabalho que deve ser feito por delegados, a exemplo dos relatórios de inquérito. E mesmo assim, temos registrado vários casos de perseguições aos policiais que cumprem com a OCL.

## ENTREVISTA

A secretária da SARH, Stela farias, concedeu entrevista a Ugeirm e esclarece a posição da secretaria sobre a pretensão de elaborar uma lei para punir o assédio moral.



**Ugeirm - Vai haver a lei para punir assédio moral no serviço público no estado do Rio Grande do Sul?**

**Secretária Stela Farias** - O Governo do Estado, através das secretarias da Administração e dos Recursos Humanos (SARH), da Segurança Pública (SSP), da Saúde (SES), da Educação (SEDUC) e Casa Civil, realizou nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012 o Seminário Nacional Assédio Moral - Ética, Saúde e Aspectos Legais. A iniciativa se constituiu como mais uma ação da Política de Atenção à Saúde do Servidor e Servidora (ProSer). Durante o seminário, no debate sobre o eixo que tratou dos aspectos legais, ficou deliberado que o Governo, em conjunto com as entidades representativas, estabelecerá diálogo sobre as possibilidades de criação de marco legal sobre o Assédio Moral no âmbito da administração pública estadual.

**Ugeirm - Como o estado pretende encaminhar essa lei?**

**Secretária Stela Farias** - Através de resultado concertado com as entidades representativas e no âmbito do Comitê de Diálogo Permanente (Codipe). O propósito é a constituição

de um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Codipe composto por representante das entidades representativas e executiva do ProSer e Assessoria Técnica (Astec).

**Ugeirm - Já existe algum anteprojeto pronto ou a inspirar? Algum modelo como guia?**

**Secretária Stela Farias** - A secretaria executiva do Codipe e o Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador (DMEST) já possuem modelos de minutas de Projetos de Lei que serão apresentadas para debate com as entidades representativas dos servidores públicos.

**Ugeirm - Porquê e como esse assunto chegou a Secretaria? Porquê a secretária decidiu se ocupar deste problema e realizar um seminário sobre o assunto? Houve denúncia?**

**Secretária Stela Farias** - O Governo do Estado entende que o Assédio Moral no serviço público é tema contemporâneo e deve ser priorizado como ação estratégica de melhora nos ambientes de trabalho e nos índices de afastamento. Diante do quadro de afastamentos do trabalho, encontrado em 2011, alguns

causados por supostos assédios, é que procuramos organizar as ações do ProSer, portanto se trata de uma necessidade premente. O tema foi priorizado no planejamento da executiva do ProSer, como ações a serem desenvolvidas em 2012. Diante disso, foi criada uma mesa temática no Seminário Internacional sobre Saúde do Servidor (realizado em abril de 2012) e a proposição de um seminário nacional sobre o Tema (realizado em setembro de 2012). Também passou a ser uma demanda permanente, visto a incidência de casos atendidos nos núcleos de acolhimento do ProSer. A partir de então, visto a ausência de uma legislação no Estado que verse sobre o assunto, a SARH a partir dos seminários, se propôs a coordenar a elaboração dessa minuta de Lei, já em debate.

**Ugeirm - Desde que houve o seminário e o intento de se fazer uma lei, a secretaria tem ouvido, enfrentado algum tipo de contrariedade sobre a formulação da lei?**

**Secretária Stela Farias** - No momento, não existe contrariedade no âmbito do Governo do Estado ou de outra esfera pública.

# Operações policiais revelam acerto em planejamento

Diversas investidas cumpriram centenas de mandados de prisão e de busca sem nenhuma morte

Desde o ano passado, mas com mais frequência em 2012, a Polícia Civil gaúcha marcou pontos importantes com a deflagração de operações policiais no interior, região metropolitana e na capital. A instituição saiu fortalecida junto à opinião pública, inibiu ações de quadrilhas perigosas e, ao mesmo tempo, fortaleceu a autoestima de policiais sem deixar espaços à fogueira de vaidades.

**A** Ugeirm não se furta a elaborar críticas, até porque esse é um dos deveres do sindicato. Mas reputa como importante o aplauso às ações bem construídas, ainda que detalhes possam e devam ser ajustados aqui e ali. “As operações também ampliaram as relações entre agentes do interior e da capital. Essa integração tem valor que aumenta ainda mais o acerto das ações planejadas”, pontua Cláudio Abel Wohlfahrt, diretor financeiro da Ugeirm.

Uma das primeiras a chamar a atenção da opinião pública foi a Operação Cartola, que redundou no indiciamento de diversos servidores graduados de prefeituras, além de autoridades públicas de fato. Da mesma forma, uma grande operação em Bom Progresso significou ganho institucional para a Polícia Civil a medida que implicou gestores públicos.

Outra que se destacou aconteceu em São Borja – num dia de inverno rigoroso – contra o tráfico de drogas. Mais recentemente, a Operação Pax mobilizou cerca de 600 policiais na região metropolitana. “As operações passam a mensagem de articulação da Polícia Civil. A sociedade sabe, e os policiais mais ainda, que elas resultam de investigações de muitos meses, horas de escutas telefônicas, campanas, enfim, sempre existe muito trabalho antes da operação em si”, sublinha Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

## Ajustes

Quando muitos policiais são

mobilizados, há aqueles que percorrem longas distâncias. Após cumprida a missão, precisam retornar às suas casas. A Polícia Civil deve se ocupar em deslocá-los com antecedência, ainda que a missão seja mantida em sigilo. Há risco real para quem se mantém em vigília por mais de 24 horas.

“Não vamos nem discutir a necessidade de calçados adequados, coletes dentro do prazo de validade e equipamentos de proteção individual. Cautelas desse tipo asseguram proteção ao policial e também aos alvos da missão. Não tivemos nenhuma morte e isso deve ser salientado”, diz Carlos Lacedi (Carlão), Diretor de Aposentados da Ugeirm.

Também é preciso ficar vigilante às atribuições. “Há flagrantes? Que os depoimentos sejam tomados na presença dos delegados, tal como preconiza a lei. Além disso, temos que estar atentos àqueles colegas que foram preteridos de missões especiais apenas porque atenderam à Operação Cumpra-se a Lei (OCL)”, acrescenta Ortiz.

## Vazamento

Um caso chamou a atenção da categoria. Uma operação, que demandou meses de atividade investigatória, foi parcialmente frustrada porque os nomes dos alvos de mandados vazaram no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi um erro da Justiça. “Queremos acreditar que não houve dolo, mas houve prejuízo à sociedade. Policiais, com razão, ficaram frustrados. Que isso não mais se repita”, finaliza Ortiz.

## Modelo de delegacias precisa mudar

Novas DPs foram inauguradas sem as mínimas condições de atendimento à sociedade



DPPA de Pelotas é exemplo de delegacia que funciona

É preciso acabar com o “balcão de delegacia” nos plantões. Originalmente, as DPPAs foram criadas para melhorar o atendimento dos plantões em DPs com alta demanda. Do mesmo modo que aplaude boas iniciativas, como na matéria acima, a Ugeirm se mantém crítica ao modelo que grassa entre as DPPAs.

A 2ª DPPA em Porto Alegre é um (anti) exemplo. A Polícia Civil diz, textualmente, que ali é o “cartão de visitas” da instituição: um lugar onde vítimas e presos dividem o mesmo ambiente, não raro o mesmo banheiro. Quer mais? A vítima fica de pé, em frente a um balcão de quase dois metros de altura, para registrar sua ocorrência. Não há assento para o cidadão.

Na 3ª DPPA na capital, houve uma transferência para um local de intenso tráfego. Numa antiga sede da Caixa Econômica Estadual, o cofre (sem ventilação) virou xadrez. As mulheres presas ficavam algemadas no corrimão da escada. A rede elétrica não suportava condicionamento

de ar. A Brigada Militar não tinha onde estacionar viaturas para trazer presos.

Depois da denúncia da Ugeirm, o chefe de Polícia, delegado Ranolfo Vieira Júnior, determinou que a 3ª DPPA voltasse para seu antigo endereço, próximo à Acadepol. O terrível é saber que, do mesmo modo sem planejamento, foi feita a mudança de endereço provisória da 20ª DP de Porto Alegre – que vai atender à Copa do Mundo. Enquanto a nova sede não fica pronta, lá faltam espaço, condicionamento de ar e estrutura. Um absurdo.

Também no interior o problema se repete. Há anos (ou décadas) o sindicato denuncia o festival de criação de novas delegacias, que permitem, basicamente, mais substituições para delegados. Dane-se a sociedade, porque falta efetivo e estrutura. Em São Borja, inauguraram uma nova delegacia que é cheia de velhos problemas.

## Exemplos

Mas existem bons exemplos. É claro que é difícil pensar num prédio alugado, ou cedido

pelo Estado, que vá preencher as necessidades de bem atender à população e dar condições dignas de trabalho aos policiais. Existem DPs que funcionam em antigos terminais de ônibus!

Em Pelotas, todavia, o planejamento funcionou na DPPA. Os presos não têm contato com cidadãos e vítimas, pois foi feita uma entrada privativa. A sociedade tem cadeiras para aguardar atendimento: ao chegar, retira-se uma senha e aguarda-se o chamamento. A cidadania é atendida com privacidade, sentada, como deve ser. As DPs gaúchas devem se inspirar ali, incluídas salas privativas para tomada de depoimentos sensíveis.

Durante a campanha de 2010, a Ugeirm entregou ao então candidato Tarso Genro proposta de transformar os plantões de 24x72 para 12x24/12x72. As orientações são da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) como melhoria das condições de trabalho do pronto atendimento.

# Ugeirm defende alteração em projeto de Lei Geral da Polícia Civil

Governo não cumpre com o compromisso de só encaminhar projeto de lei sob consenso de todas as entidades policiais

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) enviou projeto de lei geral da Polícia Civil ao Congresso Nacional sem consenso das entidades policiais. O projeto encaminhado não possui as alterações acordadas entre os sindicatos e associações presentes na última deliberação sobre a lei.

O representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Marcelo Aires, afirmou que o projeto só seria encaminhado com aprovação de todas as entidades. O que não aconteceu.

Não houve compromisso do Governo com as entidades policiais civis. A Ugeirm considera um ato de desrespeito com a classe. Vamos articular em nível nacional para não permitir que esse projeto seja votado pelo Congresso.

A Ugeirm, em conjunto com outras entidades que compõem a Feipol/Sul (Simpol/RS, Sintrasp/SC, Sinclapol/PR e Sindipol/Londrina) assinou texto que prevê uma série de alterações e inclusões no projeto de Lei Geral da Polícia Civil (PL 1949/2007). O documento foi elaborado durante o 6º Encontro Nacional de Entidades Sindicais da Polícia Civil realizado em Tocantins em outubro deste ano.

Em reunião do Conselho de Entidades e Diretoria Executiva da Confederação Brasileira de Policiais Civis (Cobrapol) no início de dezembro do mesmo ano, em Brasília, a Ugeirm reivindicou novamente as modificações requeridas para o projeto.

As entidades representativas dos



Encontro de Entidades Sindicais da Polícia Civil, em Tocantins, discutiu e aprovou mudanças no PL 1949/2007

## Principais reivindicações para o PL 1949/2007

- 1) Cap. II, Seção II, Art. 11 - Representação de todos os cargos policiais de forma paritária no Conselho Superior de Polícia Civil. Julgar em grau de recurso, procedimentos administrativos em desfavor dos servidores policiais civis
- 2) Cap. III, Seção I, Art. 19 - Atribuições dos cargos policiais civis são consideradas de nível superior, atividades de risco permanente, em face do grau de responsabilidade e complexidade que desempenham, exclusivas de Estado, tendo natureza especial, diferenciada, jurídica, técnica e científica.
- 3) Cap. II, Seção III, Art. 22 - O policial civil somente poderá ser afastado da investigação que preside ou participe, por ato fundamentado, que demonstre interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação, que prejudiquem a eficácia da investigação.
- 4) Cap. II, Seção III, Art. 22 - Ao policial civil será observado o mesmo tratamento dispensado aos advogados, magistrados e membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.
- 5) Cap. II, Seção III, Art. 22 - Aos policiais civis é assegurado tratamento de carreira típica, essencial e permanente de Estado.

agentes de Polícia são unânimes sobre as alterações propostas. Quem desconsidera a possibilidade de haver mudanças é o relator do projeto, delegado e deputado federal João Campos

(PSDB-GO) e a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol).

Há uma forte resistência por parte dos delegados para modificar o texto original. Entre outras contrariedades, a

proposta de inclusão de nível superior para a categoria de agentes de Polícia é um dos principais impasses.

O art. 5º da Lei 14.073/12, que instituiu a remuneração por subsídios a partir de maio de 2013, também estabeleceu que a carreira de agentes policiais, dada a responsabilidade e complexidade das atividades desempenhadas, é de nível superior. Foi uma conquista dos policiais gaúchos que não pode ser desconsiderada.

O chefe de Polícia, Ranolfo Vieira Júnior se manifestou pessoalmente favorável à descrição de nível superior na Lei Geral da Polícia Civil. No Rio Grande do Sul a exigência para entrar na instituição já ocorre desde 1997, mas só foi reconhecida após o advento da lei.

O projeto de Lei Geral que existe hoje não contempla os agentes. O texto atual confere prerrogativa aos delegados e não beneficia a categoria. Carreira jurídica, tratamento isonômico com o Ministério Público e inamovibilidade somente para os delegados são exemplos dessas disparidades.

A Ugeirm vai continuar pressionando as negociações. As discussões podem se prolongar pelo tempo que for necessário. O que não pode é encaminharmos um projeto elaborado dessa forma com esse desfecho.

A Lei Geral deve ser um instrumento jurídico, orientador da Polícia Civil, voltado aos interesses da sociedade. O texto atual dirige poderes a apenas um grupo de servidores, os delegados. "Precisamos definir estratégias para alterar o texto e termos uma Polícia Civil melhor para a sociedade. Do jeito que está não há acordo para aprovar o projeto", comenta Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

Um ano de **2013**  
repleto de conquistas

São os votos da Ugeirm

# Superendividamento é risco para trabalhadores

Compras parceladas no cartão, financiamento, cheque especial, descontos em folha de pagamento, antecipação de 13º, empréstimos consignados, facilidades de crédito a perder de vista. Há um sem número de possibilidades oferecidas pelo sistema bancário, mas, no conjunto, elas representam um grande risco para quem tem no salário mensal sua única fonte de renda.

**M**ilhares de servidores públicos – policiais inclusive – se tornam vítimas de supostas facilidades. Uma pesquisa da PUCRS concluiu que o superendividamento, ou a incapacidade de honrar diversas dívidas, traz prejuízos que vão muito além do aspecto econômico. Isto é, há repercussões muito perigosas para o relacionamento familiar e até no desempenho profissional.

Logo, cuidado. Existem despesas fixas num orçamento doméstico, que devem ser listadas e calculadas com frequência e atenção: este dinheiro já está comprometido e o atraso no pagamento implica em multas e juros. Não convém usar o dinheiro que ainda não chegou à conta. Verifique com cautela todos os custos de produtos e serviços oferecidos por instituições financeiras.

## Banrisul

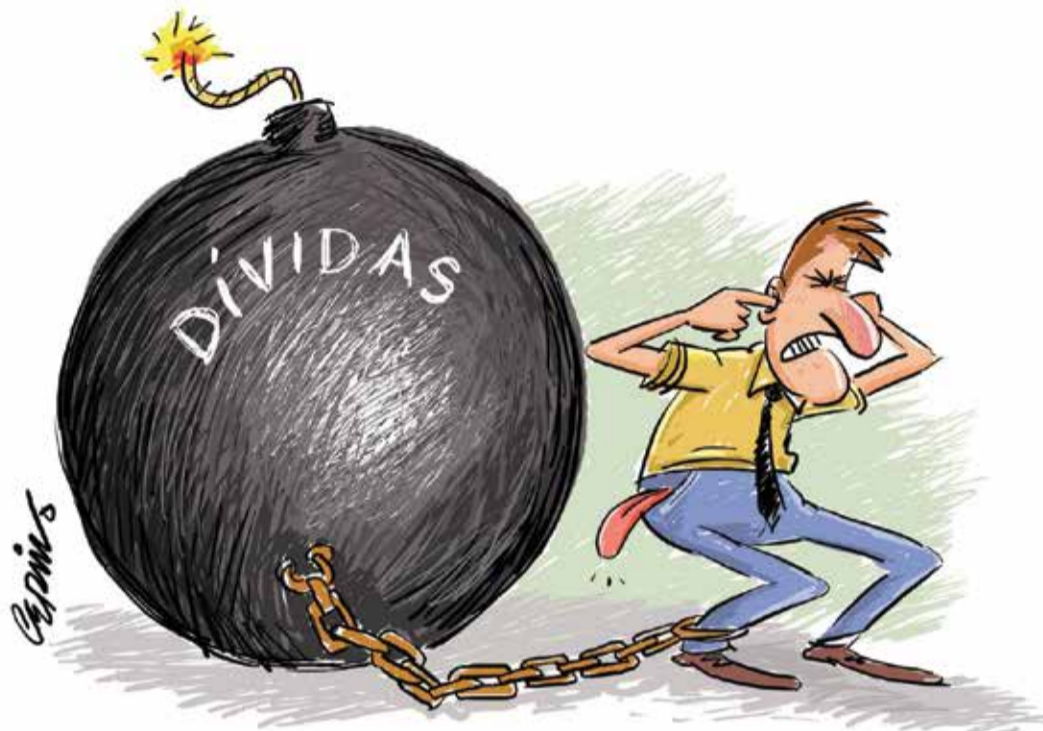
Ao longo de mais de um mês, a Ugeirm procurou saber, via fonte competente, os custos de diversos produtos e serviços do Banrisul. Nenhuma das mensagens eletrônicas ou contatos telefônicos respondeu aos pedidos de informação formulados.

Por se tratar de um banco público, causa espécie tal silêncio.

Mas não é difícil entender o porquê de tanta reserva em franquear ao público informações. A esmagadora maioria dos servidores públicos, ativos e inativos, é correntista do Banrisul. O banco ganha dinheiro com juros, multas, tarifas e taxas – muitas delas embutidas em pacotes de serviços. Todavia, nem toda informação pode ser sonegada.

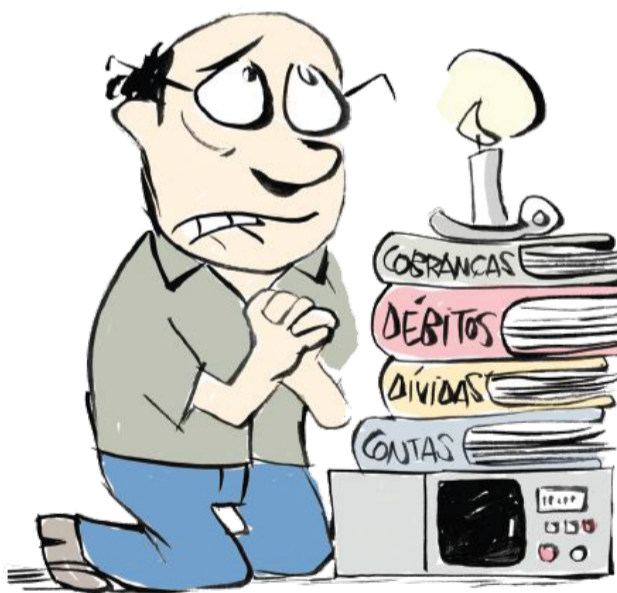
O Banco Central do Brasil elabora ranking periodicamente. No caso do cheque especial para pessoa física, 28 bancos foram classificados na primeira semana de novembro deste ano. O Banrisul tem a 7ª maior taxa de juros pesquisada: 175,74% ao ano. O sindicato comparou esta taxa anual com as da Caixa Econômica Federal (64,97%), Banco do Brasil (86,26%), Bradesco (164,12%) e Itaú/Unibanco (164,70%).

Outro comparativo com 94 instituições financeiras foi feito no crédito para pessoa física do tipo prefixado. A taxa anual da Caixa Econômica Federal é de 23,14%, a do Banco do Brasil chega a 28,98%. O Banrisul está na 44ª posição, com taxa anual de 35,28%.



## PERFIL DO SUPERENDIVIDADO

Se suas dívidas equivalem a mais de 50% do seu salário ou se o dinheiro acaba antes do fim do mês e você tem atrasado o pagamento de contas de luz, água, ou aluguel, fique atento, pois você pode estar em situação de superendividamento.



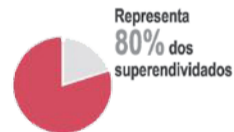
## Endividado ativo

Gasta além de sua capacidade financeira comprando bens, produtos e serviços. Geralmente usa o cartão de crédito e o cheque especial como parte do orçamento. Contrai empréstimos para pagar dívidas antigas.



## Endividado passivo

Contrai dívidas em função de acidentes da vida, como desemprego, divórcio e doenças familiares. Age de boa fé e tem disposição para quitar suas dívidas contraídas.



6 em cada 10 consumidores em situação de superendividamento ganha até 3 salários mínimos



## Motivos de endividamento

Gastos	18%
Desemprego	36%
Queda repentina na renda	26%
Doenças	14%
Divórcio	6%

## OS 10 MANDAMENTOS DA PREVENÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO

**1** Não gastará mais do que ganha  
**2** Fugirá do crédito fácil

**3** Não assumirá novas dívidas sem antes refletir e conversar com seus familiares

**4** Lerá com atenção os contratos e prospectos de financiamentos

**5** Exigirá informações detalhadas sobre as taxas de juros mensal e anual e o Custo Efetivo Total (CET) das operações

**6** Não assumirá dívidas em benefício de terceiros

**7** Comparará as taxas de juros de várias instituições antes de contrair um empréstimo

**8** Exigirá o prévio cálculo do valor total da dívida e avaliará se é compatível com sua renda

**9** Não assumirá dívidas e não fornecerá seus dados por telefone ou pela internet

**10** Reservará parte de sua renda para as despesas de sobrevivência

Fonte: TJPR

# Divida pública: o que ela tem a ver com a sua vida

Orçamento Federal de 2013 destina 47,19% para pagamento da dívida pública

Quase metade do orçamento federal do próximo ano está destinada à amortização e ao pagamento de juros da dívida pública. O crescimento contínuo do débito brasileiro leva o governo a conter gastos sociais em detrimento do pagamento da dívida. A dívida pública passa a crescer de forma descontrolada, levando o governo a contingenciar o orçamento das áreas sociais.

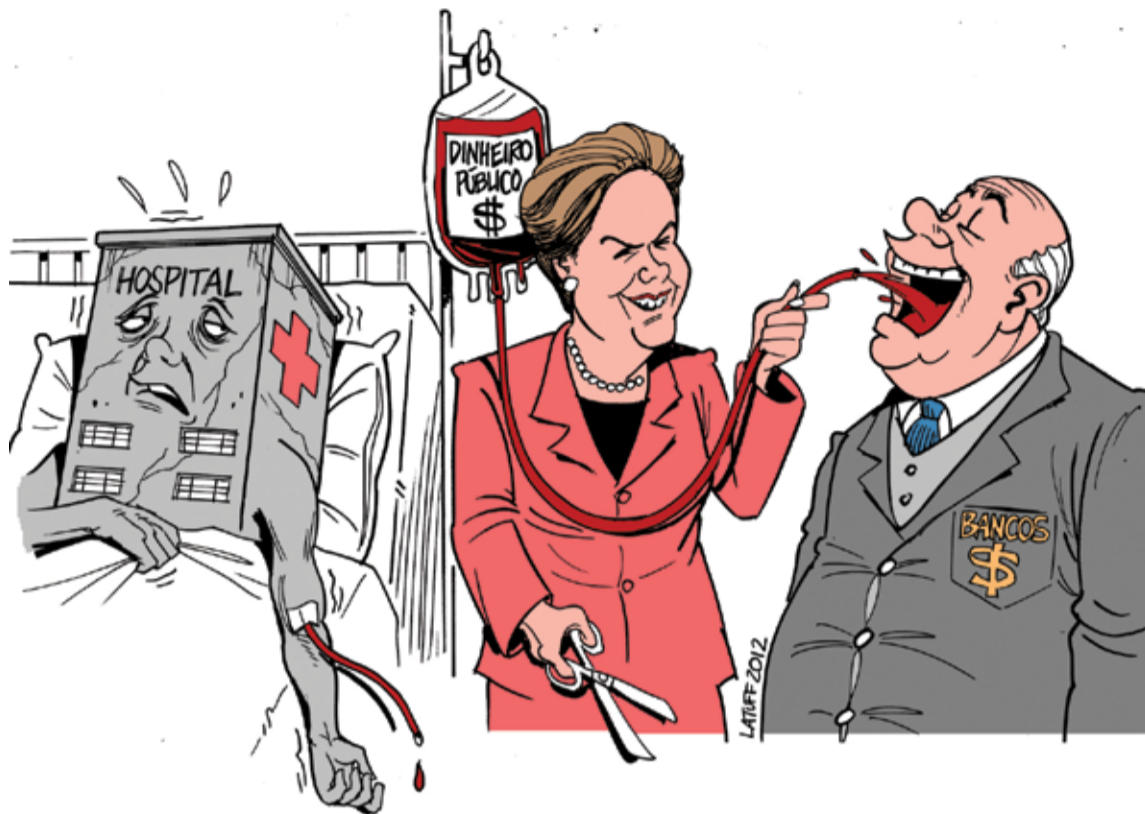
**M**as o que é essa tal de dívida pública que todo mundo tanto fala? A dívida pública é quanto o Governo (seja ele federal, estadual ou municipal) deve para entidades – de dentro ou de fora do país. A dívida brasileira é antiga... e desde 1970 há tentativas de realizar uma auditoria. O Governo não é transparente quanto a quem deve ou quanto deve. A quem pediu emprestado ou como negociou esses empréstimos. O que é capital e o que é juros? Foram pagas comissões? A que título e a quem? Os empréstimos foram fiscalizados e avaliados? A sociedade brasileira tem o direito de saber o que ela paga, porquê, para quê e para quem. O dinheiro do Estado é dinheiro do povo.

Maria Lúcia Fatorelli é auditora fiscal e coordena a organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida. A organização serve para prestar contas à sociedade civil sobre

a dívida pública e se propõem a clarificar o processo de reestruturação da dívida e torná-lo político. A sociedade elege os representantes da comissão de auditoria, define os termos de fiscalização e se utiliza dos resultados.

## A auditoria é constitucional

“Desde 1970, quando o Estado ainda estava sob ditadura militar, nós temos feito uma investigação do processo da dívida brasileira. Apesar da Constituição exigir uma auditoria, ela ainda não aconteceu. O que existe é uma investigação desse processo. Temos apurado que uma parte muito pequena da dívida possui uma contrapartida visível, correspondente a investimentos, construção de siderúrgicas, empresas estatais, hidrelétricas, estradas, etc. Depois disso, a dívida assumiu um formato meramente financiador. Uma dívida que tem crescido a partir da in-



fluência de juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real ou de bem de serviço. A dívida tem sido utilizada como mecanismo meramente financeiro: aumento unilateral da taxa de juros pelos credores, transformação de dívida privada em dívida pública, troca de dívida por títulos que depois serviria para comprar as nossas empresas, utilização da dívida para salvar bancos, entre outras formas. A dívida não está sendo usada para cumprir o seu papel, que seria complementar os recursos do Estado e realizar investimentos. O que nós estamos vendo é a usurpação do sistema de endividamento público pelo setor financeiro privado, principalmente, que, ao invés de financiar recursos para o Estado, retira recursos do Estado”, explicou Maria Lúcia Fatorelli no Seminário Economia Política e Dívida Pública Brasileira realizado em Florianópolis.

É interessante observar que, enquanto o governo garante 47,19% do seu orçamento para o pagamento da dívida, estão previstos 0,43% para segurança pública, 3,18% para educação e 3,98% para saúde. Além dos gastos mínimos com as áreas sociais, os valores designados para essas áreas podem sofrer alterações e não serem totalmente executados. Já o valor destinado à dívida será

devidamente cumprido.

## Governo usa a dívida como desculpa

O atual modelo orçamentário restringe o povo brasileiro de usufruir de seus direitos sociais. O governo prioriza o pagamento da dívida em detrimento do investimento na previdência social, aumento do salário mínimo, assistência social e educação. A dívida é utilizada como desculpa para não prestar melhores serviços à sociedade.

A estrutura do orçamento federal deteriora os serviços públicos e piora as condições de vida da sociedade em geral.

O brasileiro sente quando necessita de atendimento hospitalar e não consegue por falta de profissional, ou remédios, ou equipamentos. Quando sofre um acidente em uma estrada por estar esburacada. Quando sofre com a falta de estrutura para segurança pública. Com a educação pública de má qualidade. Quando não tem um transporte público adequado.

É por isso que a sociedade civil tem o direito de saber por que o Governo prioriza pagar juros a construir uma vida mais digna para o povo brasileiro. A sociedade deve exigir auditoria da dívida e participar dessa mobilização.

### Dividômetro

R\$ 708.930.796.294 = 2,3 bi / dia

Em 2012, até 31/10, a dívida já consumiu R\$ 709 bilhões = 48% do gasto federal

### Estoque da dívida - ago/2012

Interna: R\$ 2.637.403.802.880,08

2 TRILHÕES, 637 BILHÕES, 403 MILHÕES, 802 MIL, 880 REAIS E 8 CENTAVOS.

Externa: US\$ 422.895.138.185,71

422 BILHÕES, 895 MILHÕES, 138 MIL, 185 DÓLARES E 71 CENTAVOS



Foto: Ramiro Furquim / Sul21

**“A dívida não está sendo usada para cumprir o seu papel, que seria complementar os recursos do Estado e realizar investimentos.”  
(MARIA LÚCIA FATORELLI)**